

BREVE HISTÓRIA DA LEITURA NO BRASIL: OS LIVROS, AS TENSÕES E OS SABERES NA COLÔNIA (SÉC. XVIII)

CARMELICE AIRES PAIM DOS SANTOS (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP).

Resumo

Durante todo o Período Colonial, Estado e Igreja viam nas obras literárias uma ameaça à soberania do Império, visto que algumas dessas obras apresentavam temas que suscitavam questionamentos nocivos à estrutura da Metrópole. Sendo assim, desde o século XVI até meados do século XVIII, as obras devocionais e religiosas compunham, em sua maioria, o acervo das bibliotecas brasileiras. Entretanto, a partir do século XVIII, os livros sobre ciência e saberes profanos ganharam um espaço nas bibliotecas da América portuguesa e, com eles, as idéias que estimulavam as movimentações político-literárias que questionavam a Fé, a Lei e a ordem na Colônia – a exemplo das redes de sociabilidade construídas em torno da leitura de livros proibidos. Inserido neste universo teórico, o presente trabalho, que situa seu eixo organizacional nas transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil do século XVIII, propõe-se a investigar a influência da literatura europeia no cenário sociopolítico do Brasil colonial, visando os seguintes objetivos: a) observar a multiplicidade de funções atribuídas aos livros no século XVIII e, b) pontuar a ação das obras literárias como agentes modificadores dos costumes e das idéias políticas da Colônia. A pesquisa será organizada a partir da análise, de base interpretativa, de duas importantes obras da literatura brasileira que tratam da vida social e cultural do Brasil na época colonial: História da Vida Privada no Brasil, organizado por Fernando A. Novais e Formação do Brasil Colonial, de Arno Wehling. A escolha dessa temática justifica-se pelo fato da Literatura do século XVIII ter atuado como elemento capital para as transformações das estruturas sociais, política e cultural da Colônia e para os primeiros movimentos intelectuais que culminaram na independência do Brasil em relação à dominação portuguesa.

Palavras-chave:

Brasil, Colônia, Leitura.

Situação educacional no Brasil - colônia

O período colonial configurou-se como um grande desafio para as elites coloniais. A diferenciação cultural entre essa elite e seus subordinados, o distanciamento geográfico permanentemente instaurado entre a realidade vivida na colônia e as designações régias anunciadas na metrópole portuguesa, figuravam apenas como as fontes capitais do dito desafio. Somando-se a isso, as influências da intelectualidade francesa, bebidas nas páginas das obras proibidas e os constantes questionamentos à ordem econômica e social instauradas pela Coroa portuguesa, fomentavam uma tensão permanente nas terras da colônia. Nessa perspectiva "Estado e igreja tomaram livros e saberes escolares como fonte de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais".(VILLALTA, 1997, p.347).

Por tudo isso, a gama de argumentos que justificavam tais temores buscava cada vez mais no discurso religioso a sua fonte de preservação. A exemplo do padre Antônio Vieira, que exaltava a importância dos conhecimentos religiosos em detrimento dos saberes da ciência e caracterizava o poder nocivo do primeiro através dos exemplos da bíblia e das experiências de corrupção espiritual entre os próprios jesuítas. Nos argumentos de Vieira, o desejo de saber era a arma letal que

havia destruído Adão e Eva. Segundo ele, nem mesmo o próprio Cristo interessava-se pelo saber das ciências, visto que na sua passagem pela terra dedicou-se à salvação das almas e não ao conhecimento material gerados pela sabedoria humana. Permeada por tais argumentações a vida na colônia era orientada, para um tipo de conduta que privilegiava a religiosidade em detrimento da pedagogia, que buscava a salvação da alma em detrimento da libertação pelo conhecimento. Assim, orientada por uma visão política pautada no temor pelo conhecimento, o processo de escolarização na colônia recebeu pouca atenção da metrópole portuguesa e ainda por volta do século XVIII tinha-se o seguinte cenário educativo:

Até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos. Além dos colégios jesuíticos, existiram as escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, e, a partir dos fins do século XVII, os seminários, criados em várias localidades do país e marcados pela influência jesuítica. Embora nos colégios houvesse curso de nível superior, el-rei procurou manter a dependência em relação à Universidade de Coimbra, considerada um aspecto nevrálgico do pacto colonial. Assim, impediu a criação de universidades na América portuguesa; recusou-se, até 1689, a conceder todos os graus e privilégios universitários aos alunos dos colégios jesuíticos; rejeitou em 1768 um pedido da Câmara de Sabará para que se criasse uma aula de cirurgia."(VILLALTA, 1997, p.347-348)".

A expulsão dos jesuítas, a chegada da Corte portuguesa e as reformas implantadas pelo Marquês de Pombal, com medidas culturais e educacionais que visavam o aumento da produção de matéria-prima; apoio às academias e implementação de instituições educacionais voltadas para o conhecimento prático creditou ao estado a responsabilidade pelos processos educacionais nas terras colonizadas. A despeito do caráter elitista, ornamentista e circunstancial, voltados para a reprodução (e manutenção) da ordem patriarcal e estamental portuguesa, tais medidas não foram suficiente para, impulsionar um avanço científico significativo, nem para conduzir as práticas educacionais a uma situação de maior prestígio. Ditadas sob a égide repressiva da Coroa portuguesa, os princípios educacionais implantados na colônia, moviam-se paradoxalmente entre o progresso e a subordinação aos limites impostos pelos colonizadores, considerando-se que estes priorizaram, de um lado, uma não-pedagogia, acionando no cotidiano o aparato repressivo para inculcar a obediência s F, L,R e, de outro, cultivaram uma educação para a mera sobrevivência atribuindo à iniciativa privada tarefas educacionais cujo sentido restringia-se à reprodução da ordem social.(VILLALTA, 1997, p. 351).

A despeito do âmbito de atuação restrito às elites, essa prática pedagógica limitada ao espaço privado tornou-se dominante entre os poucos privilegiados que podiam alimentar expectativas em relação à instrução escolar. Contrariando-se as expectativas de manutenção de poder alimentadas pela metrópole, a educação privada delineou os fundamentos de uma nova percepção sobre o saber na colônia, considerando-se que, apesar de destinada ao ensino das primeiras letras e ao ensino de ofícios da época, ao transformar o ambiente doméstico num espaço particular de administração do saber, o 'estado' colocou o indivíduo como elemento capital da construção do próprio conhecimento e este, por sua vez, buscou, na prática autodidática, nos livros das bibliotecas, o caminho da sua formação.

Os livros, as tensões e os saberes na colônia

A ocorrência de livros mostrou-se debilitada nos séculos iniciais da ocupação portuguesa. Os primeiros livros de que se tem notícia no Brasil, eram livros instrucionais - de religião ou Latim - enviados a pedido dos jesuítas. Movidos pela

escassez da época, esses religiosos copiavam a mão os livros existentes para serem utilizados por seus discípulos durante as aulas e nas instruções religiosas. Partindo de tais perspectivas, as obras religiosas e devocionais compunham a literatura predominante no século XVI. Entretanto, apesar das interdições, era freqüente na colônia a leitura de obras proibidas: *a Diana*, de Jorge Montemor; *Metamorfoses*, de Ovídio; *a Eufrasina*; e os livros de sorte, freqüentemente presente no meio rural, são apenas alguns exemplos dessas obras.

Em Ilhéus nos idos de 1574, o italiano Rafael Olivi - talvez o mais afortunado indivíduo em termos de livros de então - tinha uma livraria com 27 volumes, atualizadíssima, que fugia aos padrões, mesmo àqueles que iriam vigor nos séculos posteriores, não se compondo apenas de obras devocionais. Embora estas fossem majoritárias havia um tratado sobre a arte de cavalgar e títulos e autores de ciência e filosofia: *La nuova ciência*, de Nicolo Tartaglia; Aristóteles; *Libelus de tactus*; e *Discorsi*, de Nicolo Machiavelli (MOTT, 1988. Apud. VILLALTA, 1997, p.360).

O século seguinte não apresentou grandes alterações em relação à posse e ao tipo de livros disponível na colônia: as bibliotecas ainda eram escassas e os livros devocionais - os catecismos, resumos de histórias santas, diretivas, exercícios espirituais, livros de novena, etc - ainda predominavam entre o acervo literário da época. Embora houvesse alguns títulos referentes ao aspecto profano da literatura - como as *Crônicas do grão capitão*, de Gonçalo de Córdova e *Novelas*, de Miguel Cervantes ou as obras jurídicas *Ordenações do reino* ou ainda obras didáticas como *Prosódia*, de Bento Teixeira e o *Tratado Prático de aritmética*, a preocupação em manter um acervo direcionado aos estudos devocionais ainda era bastante evidente. Mas, contraditoriamente ao gosto literário apresentado na época, o interesse pela Bíblia era quase inexistente.

Entretanto, a partir do século XVIII, as bibliotecas, foram paulatinamente sofrendo mudanças na sua composição, ao dividir o espaço dos livros devocionais, com as obras profanas, o saber da ciência e as ilustrações. Transformação que se deu primeiramente pelo gosto dos mais intelectualizados e só depois se expandiu aos demais acervos da colônia. Considerada como um dos pólos dessa disseminação, a capitania de Minas Gerais foi a localidade onde se presenciou o avanço mais rápido e significativo em relação ao volume, à leitura e aquisição de obras literárias no Oitocentos, considerando-se que até o início do período, somando-se toda a população de homens livres, o número de pessoas que possuíam algum tipo de livro representava uma parcela absolutamente insignificante da população e no período referente à mudança de tal situação conseguiu se apropriar de um volume de livros tão significativo que superava a quantidade de obras existentes em todas as outras capitanias nos séculos anteriores. Esse aumento expressivo na quantidade de livros existentes na capitania foi promovido pelo crescimento da população urbana e pela criação de setores de serviços (a exemplo do comércio de livros) dedicados a essa população

Um exame dos inventários e dos autos da devassa da Inconfidência acusa a presença de livros em Diamantina, Mariana, Vila Rica e São José del Rei. Os principais centros urbanos de Minas no século XVIII. A distribuição da posse de livros diferenciava-se conforme a categoria profissional e a posição dos inventariados e inconfidentes, concentrando-se nos proprietários, funcionários públicos e letrados. O tamanho das bibliotecas mineiras era diverso, não sendo determinada pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Padres, advogados e cirurgiões possuíam, via de regra, as maiores bibliotecas (VILLALTA, 1997, p.362).

O acervo das bibliotecas dos homens ligados ao clero era indicativo da diversidade de concepções predominante entre os religiosos já naquela época. Apesar da presença quase unânime de obras como *Prontuário da teologia moral*, de Francisco Larraga, tais bibliotecas possuíam desde obras que apresentavam uma concepção de mundo baseada em idéias arcaicas, mas pouco ortodoxas, até aquelas cujas idéias apontavam para as mais recentes inovações conceptuais daquele século, a exemplo das bibliotecas dos clérigos inconfidentes cujo acervo diferenciava-se dos pertencentes aos demais religiosos, pelo volume de obras dedicados às ciências profanas, o que apontava para um maior grau de interesse sobre questões seculares e uma maior sensibilidade às inovações políticas, filosóficas científicas. Um ótimo exemplo dessa diferenciação e da sensibilização às causas externas à igreja é o do cônego Vieira da Silva, o qual, embora possuísse obras de pensadores comprometidos com a filosofia clerical, preservava em seu acervo particular, além de obras de escritores e filósofos importantes da época, clássicos de pensadores que contribuíram para a ciência moderna. Anacreonte, Catulo, Cícero, Demóstenes, Horácio, Júlio, César, Ovídio, Camões, Diderot, Montesquieu, Voltaire, Condilac e Robertson estavam entre os presentes em sua extensa coleção.

Em outras partes da colônia, a situação das bibliotecas era bem semelhante àquela encontrada na capitania de Minas: "na Bahia, o padre Francisco Agostinho Gomes, ilustrado da passagem do século XVIII para o século XIX, reunia a melhor e maior livraria particular do Brasil de então, composta de milhares de livros". Situação semelhante, mas em menor proporção, era vivida no Rio de Janeiro, onde, a despeito do grande volume de livros possuídos pelos inconfidentes, encontrava-se bibliotecas particulares com até 250 volumes. As remessas de títulos para Maranhão, S. Paulo, Paraíba, Goiás e Pernambuco, atestavam o interesse cada vez mais pontual pelas obras que versavam sobre ciência, pedagogia, direito, história, geografia, artes militares e outras áreas do conhecimento. Entre o comércio legal e as remessas contrabandeadas, a mudança das mentalidades acompanhavam o alargamento e a ousadia das posses literárias. Tornava-se comum a entrada de livros proibidos pela censura e com eles o questionamento da ordem e do poder na colônia.

Se para alguns leitores os livros trouxeram inquietações, para os escritores serviram para conquistar benesses públicas, resguardar interesses econômicos, reforçar o prestígio no interior da sociedade e auxiliar na conquista amorosa. Os genealogistas, por exemplo, dedicavam-se a achar e a fabricar linhagens, mapeando o lugar ocupado pelos indivíduos e famílias dos estratos superiores, criando com isso um saber útil para selar alianças consangüíneas, rupturas matrimoniais e brigas de sucessão em torno de heranças obras prestavam-se, além disso, para confirmar ou questionar privilégios de fundo estamental, que excluía os "impuros de sangue", isto é, aqueles que possuíam ascendência judaica, negra, moura, mulata, cristã-nova (até Pombal) ou ainda ancestrais punidos pelo Santo Ofício ou que exerceram ofícios mecânicos. (MELLO, 1989. Apud. VILALTA, 1997, p. 369-370).

No Brasil oitocentista a presença do livro era o retrato do contexto social da época, onde as restrições, as desigualdades e os privilégios ditavam as regras do acesso e da posse de obras literárias. No caso dos mais humildes, a inacessibilidade era elemento estratégico de controle e exclusão. Esse mecanismo de controle e exclusão fazia-se sentir principalmente em tornos dos livros proibidos, para os quais a concessão régia era a via legal de obtenção. A concessão de tais licenças orientava-se de acordo com o status e a profissão, colocando-se esta última como principal argumento para a liberação. Sob essa perspectiva alguns profissionais podiam obter livros proibidos sob o argumento instrumentalizar-se teoricamente para combater aquilo que consideravam como idéias espúrias e nocivas ao sistema

vigente. Caracterizados como escritos "libertinos", esses livros eram alvos das mais restritas recomendações não podendo ser expostos publicamente.

Os livros foram alvos dos usos mais inusitados: ligados à prática religiosa ou as atividades seculares, serviam a propósitos que iam desde o auxílio das devoções até as operações puramente decorativas: era prática comum entre a sociedade da época à utilização de livros novos, minuciosamente bem decorados, com títulos dourados, para compor as estantes de 'livros simulados'. Casos não muito raros eram dos falsos religiosos e exorcistas que utilizavam a capacidade de leitura como fonte de sedução e satisfação dos prazeres sexuais. Como no caso de Frei Luiz de Nazaré, exorcista que viveu na Bahia, e conduzia as sessões de exorcismo através das relações sexuais com as mulheres 'possuídas', argumentando seguir as recomendações contidas em seus manuais de exorcismo; ou do Padre Antônio José de Azevedo, que após engravidar uma jovem em Minas, receitou-lhe uma fórmula tirada de um livro para restituir a virgindade da 'vítima'.

Presença cada vez mais constante na vida da colônia, e elemento capital na distinção entre o público e o privado, o livro trouxe consigo mudanças significativas nos hábitos e na cultura do local, estando entre estes o cultivo da leitura oral, mais particularmente a leitura oral pública. O cultivo dessa modalidade de leitura se deu primeiramente por força do analfabetismo dominante na época, considerando-se que esta se apresentava como única fonte de informação para os analfabetos ou para os que compreendiam unicamente a língua portuguesa. A leitura privada, entretanto, cultivada principalmente entre as elites intelectuais, ganha objetos próprios (estantes, tinteiros, papeleiras, etc.) no final do século XVIII, mas à medida que o hábito de ler e escrever foram se incorporando ao cotidiano dos intelectuais, além dos objetos de leitura, surgem também espaços específicos para esse fim. Mais tarde, tais espaços passaram a assumir funções outras além do exercício intelectual, constituindo-se em locais onde, além da leitura e escrita, tratavam-se também dos negócios e organizavam-se reuniões para tratar de assuntos diversos. Entretanto, apesar da crescente valorização da privacidade, as leituras orais e públicas conquistavam espaços cada vez mais significativos.

Largamente cultivado na metrópole, a leitura oral era vivenciada dentro das mais diversas classes da sociedade portuguesa, onde era comum a contagem de histórias em praças pública e o sistema de audição de leitura, presente principalmente nos salões da Corte, era atividade corrente. Era comum entre os estudantes de Coimbra, muitos deles brasileiros, a leitura de livros em praças públicas e as discussões sobre os respectivos conteúdos, não raro relacionados à contestação de dogmas religiosos do catolicismo.

No Brasil sucedia o mesmo, tanto que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, editadas no início do século XVIII, proibiam não apenas a leitura de obras defesas, mas também ouvir ler as mesmas. Ademais, a documentação inquisitorial e as devassas das conjurações do século XVIII - analisadas mais profundamente, neste livro por István Jancsó - revelam a ocorrência se não de *ouvir ler*, ao menos de uma sociabilidade calcada na disputa oral sobre os conteúdos dos livros. (VILALTA, 1997, p. 379).

Exemplo pontual desse tipo de sociabilidade eram as reuniões promovidas na residência de Diogo Henrique - cristão-novo, residente em Minas - para a leitura oral do livro *Eva e Ave*, no intuito de conhecer e comentar sobre a vida dos santos.

Na capitania das Minas Gerais, a difusão da leitura, especialmente a modalidade oral e pública, resultou, décadas mais tarde, na transformação dos espaços privados em verdadeiras oficinas (ou mercados) literários, destinados ao

empréstimo à troca de publicações, exposição e aperfeiçoamento de poesias, traduções de pequenos textos e trechos de obras e, principalmente discussões sobre a situação sócio-políticas da capitania. Situação semelhante ao Rio de Janeiro, onde em espaços diversos, a circulação de livros, por via de empréstimos, se fazia de forma intensa. No Rio, o hábito das leituras orais e das discussões sobre obras polêmicas, se deu primeiro, em locais públicos, como o cais, a praia, os adros de igreja, as escadas de hospício e a academia literária. Em segundo lugar, em ambientes privados, como as residências. Por fim em espaços que ficavam entre uma e outra categoria, como lojas, boticas, casas de professores régios e mestres-escolas, os quais de um lado, por serem propriedade particular, inscreviam-se no privado e, por outro, por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos, não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao público. (Op. Cit. p.382)

Inspiradas nos escritos do abade Raynal sobre do despotismo, os direitos dos povos, a situação das ex-colônias inglesas da América do Norte e as rebeliões de fins libertários que anteciparão a emancipação de tais colônias, essas discussões motivaram as reflexão sobre a situação política da capitania, a organização dos planos de rebelião e a visualização de um quadro pós-revolucionário.

Em Minas, nos primeiros momentos onde se delineava o movimento da inconfidência, o palco de tais reuniões era a casa de Francisco Paula Freire de Andrade, tenente-coronel, residente em Vila Rica. No caso do Alferes - oficial com patente inferior ao tenente -, os espaços públicos (o cais, a praia, os adros de igreja, as escadas de hospício e academia literária) também eram utilizados para esse fim. Paulatinamente, com o número reduzido de assistência, outras residências, como a de Cláudio Manuel da Costa, Domingos Vieira, Tomás Antonio Gonzaga, João Rodrigues Macedo, também passaram a ser utilizadas como sede de reuniões não menos polêmicas.

Conclusão

O século XVIII instaurou-se como o século de mudanças profundas nas mentalidades da colônia. O hábito da leitura entre poucos intelectuais e a prática da oralidade resultante desse hábito foram pontos significativos na luta contra o domínio colonial. Nos espaços públicos, o conhecimento tirado dos livros deu origem a discursos que, se ainda não provocavam emergências de lutas armadas, ao menos questionavam a Fé, a Lei e o Rei, lançando as bases das futuras lutas contra o domínio colonial.

Referências bibliográficas

História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Melo e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue.* In: *História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Melo e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

MOTT, Luiz. *A Inquisição em Ilhéus.* Revista FESPI. Ilhéus. Julho a dezembro de 1988-89. n. 10, pp. 74-75. In: *História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Mello e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

VILALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: *Historia da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Mello e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997. 332-385 p.

**Breve história da leitura no Brasil:
os livros, as tensões e os saberes na Colônia (Séc. XVIII)**

Carmelice Aires Paim
UNICAMP

Resumo

Durante o Período Colonial, Estado e Igreja viam nas obras literárias uma ameaça à soberania do Império, visto que algumas dessas obras apresentavam temas que suscitavam questionamentos nocivos à estrutura da Metrópole. Sendo assim, desde o século XVI até meados do século XVIII, as obras devocionais e religiosas compunham, em sua maioria, o acervo das bibliotecas brasileiras. Entretanto, a partir do século XVIII, os livros sobre ciência e saberes profanos ganharam um espaço nas bibliotecas da América portuguesa e, com eles, as idéias que estimulavam as movimentações político-literárias que questionavam a Fé, a Lei e a ordem na Colônia - a exemplo das redes de sociabilidade construídas em torno da leitura de livros proibidos. Inserido neste universo teórico, o presente trabalho, que situa seu eixo organizacional nas transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil do século XVIII, propõe-se a investigar a influência da literatura européia no cenário sociopolítico do Brasil colonial, visando os seguintes objetivos: a) observar a multiplicidade de funções atribuídas aos livros no século XVIII e, b) pontuar a ação das obras literárias como agente modificador dos costumes e das idéias políticas da Colônia. A pesquisa será organizada a partir da análise, de base interpretativa, de uma das mais significativas obras da literatura brasileira que trata da vida social e cultural do Brasil na época colonial: *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Fernando. A escolha dessa temática justifica-se pelo fato da Literatura do século XVIII ter atuado como elemento capital para as transformações das estruturas sociais, política e cultural da Colônia e para os primeiros movimentos intelectuais que culminaram na independência do Brasil em relação à dominação portuguesa.

Palavras-chave: Educação -Literatura- Brasil-Colônia

Situação educacional no Brasil - colônia

O período colonial configurou-se como um grande desafio para as elites coloniais. A diferenciação cultural entre essa elite e seus subordinados, o distanciamento geográfico permanentemente instaurado entre a realidade vivida na colônia e as designações régias anunciadas na metrópole portuguesa, figuravam apenas como as fontes capitais do dito desafio. Somando-se a isso, as influências da intelectualidade francesa, bebidas nas páginas das obras proibidas e os constantes questionamentos à ordem econômica e social instauradas pela Coroa portuguesa, fomentavam uma tensão permanente nas terras da colônia. Nessa perspectiva “Estado e igreja tomaram livros e saberes escolares como fonte de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais”.(VILLALTA, 1997, p.347).

Por tudo isso, a gama de argumentos que justificavam tais temores buscava cada vez mais no discurso religioso a sua fonte de preservação. A exemplo do padre Antônio Vieira, que exaltava a importância do conhecimento religioso em detrimento do saber da ciência e caracterizava o poder nocivo do primeiro através dos exemplos das bíblias e das experiências de corrupção espiritual entre os próprios jesuítas. Nos argumentos de Vieira, o desejo de saber era a arma letal que havia destruído Adão e Eva. Segundo ele, nem mesmo o próprio Cristo interessava-se pelo saber das ciências, visto que na sua passagem pela terra dedicou-se à salvação das almas e não ao conhecimento material gerados pela sabedoria humana. Permeada por tais argumentações a vida na colônia era orientada, para um tipo de conduta que privilegiava a religiosidade em detrimento da pedagogia, que buscava a salvação da alma em detrimento da libertação pelo conhecimento. Assim, orientada por uma visão política pautada no temor pelo conhecimento, o processo de escolarização na colônia recebeu pouca atenção da metrópole portuguesa e ainda por volta do século XVIII tinha-se o seguinte cenário educativo:

Até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos. Além dos colégios jesuítas, existiram as escolas vinculadas às ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, e, a partir dos fins do século XVII, os seminários, criados em várias localidades do país e marcados pela influência jesuítica. Embora nos colégios houvesse curso de nível superior, o rei procurou manter a dependência em relação à Universidade de Coimbra, considerada um aspecto nevrálgico do pacto colonial. Assim, impediu a criação de universidades na América portuguesa; recusou-se,

até 1689, a conceder todos os graus e privilégios universitários aos alunos dos colégios jesuíticos; rejeitou em 1768 um pedido da Câmara de Sabará para que se criasse uma aula de cirurgia.”(VILLALTA, 1997, p.347-348)”.

A expulsão dos jesuítas, a chegada da Corte portuguesa e as reformas implantadas pelo Marquês de Pombal, com medidas culturais e educacionais que visavam o aumento da produção de matéria-prima; apoio às academias e implementação de instituições educacionais voltadas para o conhecimento prático creditou ao estado a responsabilidade pelos processos educacionais nas terras colonizadas. Apesar do caráter elitista, ornamentista e circunstancial, voltados para a reprodução (e manutenção) da ordem patriarcal e estamental portuguesa, tais medidas não foram suficientes para, impulsionar um avanço científico significativo, nem para conduzir as práticas educacionais a uma situação de maior prestígio. Ditadas sob a égide repressiva da Coroa portuguesa, os princípios educacionais implantados na colônia, moviam-se paradoxalmente entre o progresso e a subordinação aos limites impostos pelos colonizadores, considerando-se que estes priorizaram, de um lado, uma não-pedagogia, acionando no cotidiano o aparato repressivo para inculcar a obediência s F, L,R e, de outro, cultivaram uma educação para a mera sobrevivência atribuindo à iniciativa privada tarefas educacionais cujo sentido restringia-se à reprodução da ordem social.(VILLALTA, 1997, p. 351).

Apesar do âmbito de atuação restrito às elites, essa prática pedagógica limitada ao espaço privado tornou-se dominante entre os poucos privilegiados que podiam alimentar expectativas em relação à instrução escolar. Contrariando-se as expectativas de manutenção de poder alimentadas pela metrópole, a educação privada delineou os fundamentos de uma nova percepção sobre o saber na colônia, considerando-se que, apesar de destinada ao ensino das primeiras letras e ao ensino de ofícios da época, ao transformar o ambiente doméstico num espaço particular de administração do saber, o 'estado' colocou o indivíduo como elemento capital da construção do próprio conhecimento e este, por sua vez, buscou, na prática autodidática, nos livros das bibliotecas, o caminho da sua formação.

Os livros, as tensões e os saberes na colônia

A ocorrência de livros mostrou-se debilitada nos séculos iniciais da ocupação portuguesa. Os primeiros livros de que se tem notícia no Brasil, eram livros instrucionais - de religião ou Latim – enviados a

pedido dos jesuítas. Movidos pela escassez da época, esses religiosos copiavam a mão os livros existentes para serem utilizados por seus discípulos durante as aulas e nas instruções religiosas. Partindo de tais perspectivas, as obras religiosas e devocionais compunham a literatura predominante no século XVI. Entretanto, apesar das interdições, era freqüente na colônia a leitura de obras proibidas: *a Diana*, de Jorge Montemor; *Metamorfozes*, de Ovídio; *a Eufrasina*; e os livros de sorte, freqüentemente presente no meio rural, são apenas alguns exemplos dessas obras.

Em Ilhéus nos idos de 1574, o italiano Rafael Olivi – talvez o mais afortunado indivíduo em termos de livros de então – tinha uma livraria com 27 volumes, atualizadíssima, que fugia aos padrões, mesmo àqueles que iriam viger nos séculos posteriores, não se compondo apenas de obras devocionais. Embora estas fossem majoritárias havia um tratado sobre a arte de cavalgar e títulos e autores de ciência e filosofia: *La nuova ciência*, de Nicolo Tartaglia; Aristóteles; *Libelus de tactus*; e *Discorsi*, de Nicolo Machiavelli (MOTT, 1988. Apud. VILLALTA, 1997, p.360).

O século seguinte não apresentou grandes alterações em relação à posse e ao tipo de livros disponível na colônia: as bibliotecas ainda eram escassas e os livros devocionais - os catecismos, resumos de histórias santas, diretivas, exercícios espirituais, livros de novena, etc - ainda predominavam entre o acervo literário da época. Embora houvesse alguns títulos referentes ao aspecto profano da literatura - como as *Crônicas do grão capitão*, de Gonçalo de Córdova e *Novelas*, de Miguel Cervantes ou as obras jurídicas *Ordenações do reino* ou ainda obras didáticas como *Prosódia*, de Bento Teixeira e o *Tratado Prático de aritmética*, a preocupação em manter um acervo direcionado aos estudos devocionais ainda era bastante evidente. Mas, contraditoriamente ao gosto literário apresentado na época, o interesse pela Bíblia era quase inexistente.

Entretanto, a partir do século XVIII, as bibliotecas, foram paulatinamente sofrendo mudanças na sua composição, ao dividir o espaço dos livros devocionais, com as obras profanas, o saber da ciência e as ilustrações. Transformação que se deu primeiramente pelo gosto dos mais intelectualizados e só depois se expandiu aos demais acervos da colônia. Considerada como um dos pólos dessa disseminação, a capitania de Minas Gerais foi a localidade onde se presenciou o avanço mais rápido e significativo em relação ao volume, à leitura e aquisição de obras literárias no Oitocentos, considerando-se que até o início do período, somando-se toda a população de homens livres, o número de pessoas que possuíam

algum tipo de livro representava uma parcela absolutamente insignificante da população e no período referente à mudança de tal situação conseguiu se apropriar de um volume de livros tão significativo que superava a quantidade de obras existentes em todas as outras capitanias nos séculos anteriores. Esse aumento expressivo na quantidade de livros existentes na capitania foi promovido pelo crescimento da população urbana e pela criação de setores de serviços (a exemplo do comércio de livros) dedicados a essa população

Um exame dos inventários e dos autos da devassa da Inconfidência acusa a presença de livros em Diamantina, Mariana, Vila Rica e São José del Rei. Os principais centros urbanos de Minas no século XVIII. A distribuição da posse de livros diferenciava-se conforme a categoria profissional e a posição dos inventariados e inconfidentes, concentrando-se nos proprietários, funcionários públicos e letrados. O tamanho das bibliotecas mineiras era diverso, não sendo determinada pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários. Padres, advogados e cirurgiões possuíam, via de regra, as maiores bibliotecas (VILLALTA, 1997, p.362)

O acervo das bibliotecas dos homens ligados ao clero era indicativo da diversidade de concepções predominante entre os religiosos já naquela época. Apesar da presença quase unânime de obras como *Prontuário da teologia moral*, de Francisco Larraga, tais bibliotecas possuíam desde obras que apresentavam uma concepção de mundo baseada em idéias arcaicas, mas pouco ortodoxas, até aquelas cujas idéias apontavam para as mais recentes inovações conceptuais daquele século, a exemplo das bibliotecas dos clérigos inconfidentes cujo acervo diferenciava-se dos pertencentes aos demais religiosos, pelo volume de obras dedicados às ciências profanas, o que apontava para um maior grau de interesse sobre questões seculares e uma maior sensibilidade às inovações políticas, filosóficas científicas. Um ótimo exemplo dessa diferenciação e da sensibilização às causas externas à igreja é o do cônego Vieira da Silva, o qual, embora possuísse obras de pensadores comprometidos com a filosofia clerical, preservava em seu acervo particular, além de obras de escritores e filósofos importantes da época, clássicos de pensadores que contribuíram para a ciência moderna. Anacreonte, Catulo, Cícero, Demóstenes, Horácio, Júlio, César, Ovídio, Camões, Diderot, Montesquieu, Voltaire, Condilac e Robertson estavam entre os presentes em sua extensa coleção.

Em outras partes da colônia, a situação das bibliotecas era bem semelhante àquela encontrada na capitania de Minas: “na Bahia, o padre Francisco Agostinho Gomes, ilustrado da passagem do século XVIII para o século XIX, reunia a melhor e maior livraria particular do Brasil de então, composta de milhares de livros”. Situação semelhante, mas em menor proporção, era vivida no Rio de Janeiro, onde, a despeito do grande volume de livros possuídos pelos inconfidentes, encontrava-se bibliotecas particulares com até 250 volumes. As remessas de títulos para Maranhão, S. Paulo, Paraíba, Goiás e Pernambuco, atestavam o interesse cada vez mais pontual pelas obras que versavam sobre ciência, pedagogia, direito, história, geografia, artes militares e outras áreas do conhecimento. Entre o comércio legal e as remessas contrabandeadas, a mudança das mentalidades acompanhavam o alargamento e a ousadia das posses literárias. Tornava-se comum a entrada de livros proibidos pela censura e com eles o questionamento da ordem e do poder na colônia.

Se para alguns leitores os livros trouxeram inquietações, para os escritores serviram para conquistar benesses públicas, resguardar interesses econômicos, reforçar o prestígio no interior da sociedade e auxiliar na conquista amorosa. Os genealogistas, por exemplo, dedicavam-se a achar e a fabricar linhagens, mapeando o lugar ocupado pelos indivíduos e famílias dos estratos superiores, criando com isso um saber útil para selar alianças consangüíneas, rupturas matrimoniais e brigas de sucessão em torno de heranças obras prestavam-se, além disso, para confirmar ou questionar privilégios de fundo estamental, que excluía os “impuros de sangue”, isto é, aqueles que possuíam ascendência judaica, negra, moura, mulata, cristã-nova (até Pombal) ou ainda ancestrais punidos pelo Santo Ofício ou que exerceram ofícios mecânicos. (MELLO, 1989. Apud. VILALTA, 1997, p. 369-370).

No Brasil oitocentista a presença do livro era o retrato do contexto social da época, onde as restrições, as desigualdades e os privilégios ditavam as regras do acesso e da posse de obras literárias. No caso dos mais humildes, a inacessibilidade era elemento estratégico de controle e exclusão. Esse mecanismo de controle e exclusão fazia-se sentir principalmente em tornos dos livros proibidos, para os quais a concessão régia era a via legal de obtenção. A concessão de tais licenças orientava-se de acordo com o status e a profissão, colocando-se esta última como principal argumento para a liberação. Sob essa perspectiva alguns profissionais podiam obter livros proibidos sob o argumento instrumentalizar-se teoricamente para combater aquilo que consideravam como idéias espúrias e nocivas ao sistema

vigente. Caracterizados como escritos “libertinos”, esses livros eram alvos das mais restritas recomendações não podendo ser expostos publicamente.

Os livros foram alvos dos usos mais inusitados: ligados à prática religiosa ou as atividades seculares, serviam a propósitos que iam desde o auxílio das devoções até as operações puramente decorativas: era prática comum entre a sociedade da época à utilização de livros novos, minuciosamente bem decorados, com títulos dourados, para compor as estantes de 'livros simulados'. Casos não muito raros eram dos falsos religiosos e exorcistas que utilizavam a capacidade de leitura como fonte de sedução e satisfação dos prazeres sexuais. Como no caso de Frei Luiz de Nazaré, exorcista que viveu na Bahia, e conduzia as sessões de exorcismo através das relações sexuais com as mulheres 'possuídas', argumentando seguir as recomendações contidas em seus manuais de exorcismo; ou do Padre Antônio José de Azevedo, que após engravidar uma jovem em Minas, receitou-lhe uma fórmula tirada de um livro para restituir a virgindade da 'vitima'.

Presença cada vez mais constante na vida da colônia, e elemento capital na distinção entre o público e o privado, o livro trouxe consigo mudanças significativas nos hábitos e na cultura do local, estando entre estes o cultivo da leitura oral, mais particularmente a leitura oral pública. O cultivo dessa modalidade de leitura se deu primeiramente por força do analfabetismo dominante na época, considerando-se que esta se apresentava como única fonte de informação para os analfabetos ou para os que compreendiam unicamente a língua portuguesa. A leitura privada, entretanto, cultivada principalmente entre as elites intelectuais, ganha objetos próprios (estantes, tinteiros, papelarias, etc.) no final do século XVIII, mas à medida que o hábito de ler e escrever foram se incorporando ao cotidiano dos intelectuais, além dos objetos de leitura, surgem também espaços específicos para esse fim. Mais tarde, tais espaços passaram a assumir funções outras além do exercício intelectual, constituindo-se em locais onde, além da leitura e escrita, tratavam-se também dos negócios e organizavam-se reuniões para tratar de assuntos diversos. Entretanto, apesar da crescente valorização da privacidade, as leituras orais e públicas conquistavam espaços cada vez mais significativos.

Largamente cultivado na metrópole, a leitura oral era vivenciada dentro das mais diversas classes da sociedade portuguesa, onde era comum a contagem de histórias em praças pública e o sistema de audição de leitura, presente principalmente nos salões da Corte, era atividade corrente. Era comum

entre os estudantes de Coimbra, muitos deles brasileiros, a leitura de livros em praças públicas e as discussões sobre os respectivos conteúdos, não raro relacionados à contestação de dogmas religiosos do catolicismo.

No Brasil sucedia o mesmo, tanto que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, editadas no início do século XVIII, proibiam não apenas a leitura de obras defesas, mas também ouvir ler as mesmas. Ademais, a documentação inquisitorial e as devassas das conjurações do século XVIII – analisadas mais profundamente, neste livro por Instván Jancsó – revelam a ocorrência se não de *ouvir ler*, ao menos de uma sociabilidade calcada na disputa oral sobre os conteúdos dos livros. (VILALTA, 1997, p. 379).

Exemplo pontual desse tipo de sociabilidade eram as reuniões promovidas na residência de Diogo Henrique – cristão-novo, residente em Minas – para a leitura oral do livro *Eva e Ave*, no intuito de conhecer e comentar sobre a vida dos santos.

Na capitania das Minas Gerais, a difusão da leitura, especialmente a modalidade oral e pública, resultou, décadas mais tarde, na transformação dos espaços privados em verdadeiras oficinas (ou mercados) literários, destinados ao empréstimo à troca de publicações, exposição e aperfeiçoamento de poesias, traduções de pequenos textos e trechos de obras e, principalmente discussões sobre a situação sócio-políticas da capitania. Situação semelhante ao Rio de Janeiro, onde em espaços diversos, a circulação de livros, por via de empréstimos, se fazia de forma intensa. No Rio, o hábito das leituras orais e das discussões sobre obras polêmicas, se deu.

primeiro, em locais públicos, como o cais, a praia, os adros de igreja, as escadas de hospício e a academia literária. Em segundo lugar, em ambientes privados, como as residências. Por fim em espaços que ficavam entre uma e outra categoria, como lojas, boticas, casas de professores régios e mestres-escolas, os quais de um lado, por serem propriedade particular, inscreviam-se no privado e, por outro, por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos, não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao público. (Op. Cit. p.382)

Inspiradas nos escritos do abade Raynal sobre do despotismo, os direitos dos povos, a situação das ex-

colônias inglesas da América do Norte e as rebeliões de fins libertários que anteciparão a emancipação de tais colônias, essas discussões motivaram as reflexões sobre a situação política da capitania, a organização dos planos de rebelião e a visualização de um quadro pós-revolucionário.

Em Minas, nos primeiros momentos onde se delineava o movimento da inconfidência, o palco de tais reuniões era a casa de Francisco Paula Freire de Andrade, tenente-coronel, residente em Vila Rica. No caso do Alferes - oficial com patente inferior ao tenente -, os espaços públicos (o cais, a praia, os adros de igreja, as escadas de hospício e academia literária) também eram utilizados para esse fim. Paulatinamente, com o número reduzido de assistências, outras residências, como a de Cláudio Manuel da Costa, Domingos Vieira, Tomás Antonio Gonzaga, João Rodrigues Macedo, também passaram a ser utilizadas como sede de reuniões não menos polêmicas.

Conclusão

O século XVIII instaurou-se como o século de mudanças profundas nas mentalidades da colônia. O hábito da leitura entre poucos intelectuais e a prática da oralidade resultante desse hábito foram pontos significativos na luta contra o domínio colonial. Nos espaços públicos, o conhecimento tirado dos livros deu origem a discursos que, se ainda não provocavam emergências de lutas armadas, ao menos questionavam a Fé, a Lei e o Rei, lançando as bases das futuras lutas contra o domínio colonial.

Referências bibliográficas

História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Melo e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue.* In: *História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Melo e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

MOTT, Luiz. *A Inquisição em Ilhéus.* Revista FESPI. Ilhéus. Julho a dezembro de 1988-89. n. 10, pp. 74-75. In: *História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Melo e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997

VILALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: *Historia da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Fernando A. Novais (Coordenador geral da coleção); Laura de Mello e Souza (organizadora de volume). São Paulo. Companhia das Letras. 1997. 332-385 p.